

JACINTO CORREIA E A SUBVERSÃO POPULAR DE 1808¹

Abílio Lousada



Topo Sul da Alameda do Convento de Mafra. Local onde Jacinto Correia foi fuzilado pelos franceses, com monumento evocativo. Foto autor.

O presente artigo tem Jacinto Correia como figura central, um jornaleiro de Mafra que foi fuzilado pelos franceses a 25 de Janeiro de 1808, no âmbito da 1.^a Invasão Francesa a Portugal.

Trata-se de uma súpula extraída do texto que o autor apresentou na palestra proferida na Escola Prática de Infantaria, a 26 de Janeiro de 2008, intitulado «Guerra Subversiva. A Invasão de Junot e o levantamento em armas dos camponeses de Portugal. A especificidade estremenha», inserida na evocação da memória de Jacinto Correia. Uma iniciativa da Plataforma Municipal de Mafra (Clube de Oficiais, Câmara Municipal, Palácio Nacional, Escola Secundária José Saramago e Unidades Militares sitas na vila), ocorrida no âmbito das comemorações do bicentenário da Guerra Peninsular. Ao tempo foi descerrada placa evocativa!

¹ Adaptado de artigo publicado no Jornal do Exército, em Abril 2008. Agraciado com o 1.º Prémio Literário.

1. Invasões Francesas

Quando se fala de Invasões Francesas, o que mais rapidamente nos ocorre são o número de invasões e os nomes dos comandantes franceses que as materializaram: Junot, Soult e Massena.

*“Quem oprime os Portugueses
Quem os rouba sem ter dó?
É esta tropa Francesa
De quem é chefe o Jinot”*

Da época, cit. P. Marques

Sobre a 1.^a Invasão, é recorrente falar-se das marchas forçadas de Junot, de Castelo Branco a Lisboa, onde procurou chegar antes de a Família Real retirar para o Brasil, e do posterior confronto militar entre ingleses e franceses, na

Roliça e no Vimeiro, que obrigou à retirada de Junot. Relativamente à 2.^a Invasão, cingimo-la ao teatro nortenho e a um conjunto de combates entre forças regulares e à sublevação das populações, que impeliu Soult a nem sequer ultrapassar o Porto, de onde foi escorraçado. Sobre a 3.^a Invasão, o que memória guardou foi a batalha do Buçaco, onde as forças luso-britânicas, comandadas pelo general irlandês Arthur Wellesley, impuseram uma derrota copiosa à tropa de Massena, sobressaindo também a defesa das Linhas de Torres, que barraram o acesso de Massena a Lisboa, obrigando-o a desistir da ocupação.

Simple, glorioso, mas redutor, porque incompleto. Onde pára o papel das populações em todo este processo? A verdade é que, sem o envolvimento arreigado, apaixonado e patriótico dos camponeses de Portugal em geral, e de homens como Jacinto Correia, em particular, nada do que se alcançou teria sido possível. Tanto mais que, em relação à 1.^a Invasão, a resistência foi, sobretudo, popular, uma resistência que tornou a presença de Junot na «Lusitânia» um tormento.

2. Andoche Junot

Fronteira de Segura – Beira Baixa, 19 de Novembro de 1807: à frente de um exército de 26500 homens, o general francês Andoche Junot atravessa a raia para conquistar Portugal.

Lisboa, 30 de Novembro de 1807: o exército francês, ou o que resta dele, entra em Lisboa, com ordens de Napoleão para conquistar Portugal. Debaixo de mau tempo, falho de víveres e com a travessia da Espanha e de Portugal ‘nas pernas’, a tropa imperial penetrou na capital portuguesa a conta gotas, tipo horda de maltrapilhos, com uma vanguarda a rondar os 1.500 soldados em estado miserável,

parecendo alguns deles autênticos cadáveres vivos². Mais do que uma força militar conquistadora e temida, que se apressava para «libertar» o país da perniciosa tutela dos ingleses», como proclamava Junot, o exército francês parecia pedir clemência e estar à beira do fim. Todavia, não houve oposição à invasão, pois o Príncipe Regente D. João decretara, antes de partir para o Brasil, a 27 de Novembro, “que a defesa contra as tropas do imperador seria mais nociva que proveitosa”³.

Chegado a Lisboa, Junot instalou-se no Palacete do Barão de Quintela, os oficiais acomodaram-se em casas particulares e os soldados foram colocados nos conventos, desfrutando “do direito de luz e lume”⁴.

As unidades francesas foram, então, posicionadas; a Divisão de Delaborde em Lisboa; a de Loison ocupou Sintra, Mafra e o litoral até ao Mondego; a Divisão de Travot garante a barra e defende o porto de Lisboa; para Elvas marchou um batalhão e outro para Almeida. Paralelamente, em obediência a Fontainebleau⁵, um contingente militar espanhol dividiu a ocupação pelo entre Douro e Minho, Alentejo, Algarve e região de Lisboa.

Entretanto, em Mafra, o almoxarife Eusébio Gomes anota no seu diário:

“«Dezembro oito. N’este dia chegou a Mafra uma divisão dos francezes, composta de infantaria e cavalaria, um parque de artilharia, que no dia seguinte se dividio por Torres Vedras e Peniche, ficando aqui o quartel-general. Na entrada os officiaes encaminharam-se para o Palácio, e como achacem fechada a porta que no fim da escada larga dá entrada para o Palácio, mandaram chamar o guardião. Este veio logo, mas como ele não tinha as chaves (...), não podia mandar abrir as portas; então o Lagarde incoherisado deu uma bofetada na face do guardião, e este com toda a humildade offereceo a outra face, com que o pérfido Lagarde ficou inteiramente confundido (...). Aquartelados os francezes no Palácio e Convento e os officiaes

² Baron de Thiébauld, *Relation de L’Expedition du Portugal*, Paris, 1817.

³ Vitoriano J. César, *Breve Estudo sobre a Invasão Franco-Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até à Convenção de Sintra*, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1903.

⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1807-1832)*, vol. VII, Lisboa, editorial Verbo, 1983.

⁵ Tratado secreto firmado entre a França e a Espanha (27 de Outubro de 1807) que preconizava a invasão conjunta de Portugal e partilha do território em três partes: a região a Norte do Douro, exceptuando Trás-os-Montes (ex-rainha da Etrúria); Reino da Lusitânia Meridional, formado pelo Alentejo e pelo Algarve (Protectorado do espanhol Manuel Godoy); as regiões de Trás-os-Montes, Beira e Estremadura (controlo francês)

pelas cazas da vila, marcharam dois dias depois os que foram para Torres Vedras e Peniche, e ficou aqui o resto commandados pelo general Loison(...)»⁶.

Iniciava-se a brutalidade do uso, mas tudo parecia em boa ordem, “os grandes aderiam, os pequenos esperavam”⁷, aqueles mais por receio, estes expectantes. De facto, no povo que directamente vivia o quotidiano franco-hispânico, fluiu a partir de então uma nostalgia silenciosa, sentimentos reprimidos que a ocupação iria acicatar.

Entretanto, logo que se instalou em Lisboa a pena de Junot passou a decretar incessantemente. Assim, entre finais de Dezembro de 1807 e Março do ano seguinte, Junot impõe medidas de largo alcance, transversais ao estrato social português: desmantelou o exército de Linha, anulando a possibilidade de a oficialidade portuguesa poder causar problemas futuros; proibiu em todo o território o uso de armas de fogo de qualquer tipo; desmantelou as milícias e das ordenanças, um passo em falso, pois empurrou o «povo miliciano» para a clandestinidade e a resistência⁸; constitui a Legião Portuguesa, enviando com ela a melhor tropa nacional para a Europa combater às ordens de Napoleão Bonaparte; extinguiu a Casa de Bragança, anulando por decreto 700 anos de História Portuguesa; taxou a população portuguesa com uma contribuição de guerra de 100 mil milhões de cruzados; os bens da Casa Real, das pessoas que foram para o Brasil e dos ingleses residentes foram confiscados; o ouro e prata das igrejas foram roubados.

3. Jacinto Correia

*“Se todos os Portugueses fossem como eu,
não ficaria um francês vivo”.*

Jacinto Correia. Mafra, Janeiro de 1808

Lugar de Atouguia, Gorcinhos –
Mafra, finais de Janeiro de 1808: ao
final da manhã, o jornaleiro Jacinto

Correia, habitante da área, de 46 anos, casado e com filhos, dirige-se, como habitualmente, para casa com o produto do seu trabalho. No caminho, é abordado bruscamente por dois soldados franceses que o pretendem roubar. Jacinto Correia não teme e não cede, segue-se uma violenta luta entre os três homens. O jornaleiro

⁶ Raul Brandão, *El-Rei Junot*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Junho de 1982.

⁷ José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 19.^a Edição, 1998.

⁸ E Napoleão, a esse respeito, não deixou de avisar “«(...) vigiai os soldados que forem devolvidos aos lares, a fim de que não apareçam chefes audaciosos que formem núcleos de concentração no interior»”: General Foy, *Histoire de la Guerre de la Péninsule sous Napoleon*, Bondouin Frères, Editions, Paris, 1827.

saloio, homem de rija têmpera e habituado ao trabalho duro do campo, habilmente e com raiva, brande a foice roçadora que transporta e golpeia mortalmente os dois soldados que o atacaram.

Em pouco tempo, uma fôrça militar francesa det m Jacinto Correia, que   presente a tribunal e julgado num Conselho de Guerra.

Apesar de algumas autoridades locais tentarem o perdão do jornaleiro, o Tribunal empurrou o processo para uma incriminação do réu, que impunha punir exemplarmente.

Em determinada altura do julgamento, porque o jornaleiro apresentava uma atitude de serenidade e desafio, foi-lhe perguntado por Loison, “se o arrependimento já tinha exercido algum efeito no seu  s rito”. A resposta, tão convicta como desconcertante, **“se todos os Portugueses fossem como eu, não ficaria um francês vivo”**, enraiveceu a normal cólera de Loison.

Jacinto Correia foi condenado à morte e fuzilado no campo da Alameda, no topo sul do Convento de Mafra, a 25 de Janeiro de 1808.

Tratou-se de um acto heróico, que correu  lere de boca em boca. Junot, temendo que a atitude patriótica do «mafrense» estimulasse  nimos e ódios para provocações futuras, publicou uma semana depois a notícia da execução de Jacinto Correia:

«Um dos vossos compatriotas, Jacinto Correia, convencido de um grande crime, foi condenado à morte; Esta severidade das leis assegura a tranquilidade pública de que dependem as vossas vidas e propriedades».

In Gazeta de Lisboa, 1 de Fevereiro de 1808.

Notícia viciada e ameaçadora. Jacinto Correia «convencido de um grande crime»? Executou-se um homem de bem para tranquilizar as pessoas? Não se falou do pacato e honesto trabalhador, do cidadão de f  que auxiliava os frades do Convento ou do homem de família; ignorou-se copiosamente que se limitara a defender-se, a si e aos seus bens e, sobretudo, escondeu-se que Jacinto Correia desafiara o Tribunal e exortara os seus concidadãos a serem como ele: “(...) nem um só francês ficaria vivo”.

Era um acto isolado, Junot e Loison sabiam-no bem, e o incidente ocorrera em legítima defesa. Pouco importava, e tanto bastava para fazer dele um exemplo de intimidação para quem não colaborasse ou se opusesse ocupação napoleônica.

Era um acto isolado, pensaram Junot e Loison. Sê-lo-ia, mas por pouco tempo, o exemplo de Jacinto Correia ficou e faria «escola» junto do povo.

Há precisamente 200 anos, Jacinto Correia pagou com a vida o protesto lavrado contra a extorsão e as humilhações praticadas pelos franceses⁹. Contudo, apesar das boas intenções «justiceiras» de Junot, Mafra e Jacinto Correia não constituíram um sopro abafado de revolta, mas um grito popular que, em unísono, tornou num tormento a presença em Portugal dos soldados do Imperador. O mote da arraia-miúda estava dado.

Corriam os dias e, em Mafra, o almoxarife Eusébio Gomes anota no seu diário:

“Fevereiro 11. Hoje cercou o maneta Loison o regimento do porto nas Caldas, dezarmou-o e deo-lhe baixa e fez arcabuzar 9 portugueses innocentes (...)”¹⁰.

Efectivamente, uma rixa de reduzida dimensão nas Caldas da Rainha, que envolveu alguns populares com soldados franceses, sem ferimentos dignos de registo, impeliu Loison a condenar 15 residentes à pena capital, logrando 6 deles evadir-se. Numa terra pequena, como as Caldas da Rainha, onde as pessoas se conheciam umas às outras, a ocorrência provocou raiva contida.

Cruzes canhoto que vais para o maneta, mediante tais processos de administração da ordem social mais valia morrer afrontando do que viver na humilhação. Enquanto isso, os ingleses velavam no Atlântico, junto à costa, e no Portugal profundo, particularmente a norte do Mondego, emergia a subversão popular, apoiada na nobreza rural e instigada pelo clero paroquial. Consequentemente, a partir do segundo trimestre de 1808, a subversão assume-se, os confrontos entre populares e militares franceses tornam-se recorrentes e ocorrem contactos entre pescadores e as embarcações inglesas na costa.

Apesar disso, algumas elites políticas e religiosas nacionais submetiam-se e sucediam-se os desfiles militares, as festas palacianas e os atendimentos públicos

⁹ São vários os autores que lembram a heroicidade de Jacinto Correia, dando testemunho da importância que o episódio constituiu à época, a que nem os ingleses foram alheios: Guilherme José Ferreira de Assunção, *A sombra do Convento*, Mafra, Rolo e Filhos, 3.ª Edição, 1978; Raul Brandão, ob. cit.; Mário Domingues, *Junot em Portugal*, Lisboa, Romano Torres, 1972; Fernando Pereira Marques, *Exército e Sociedade em Portugal, no Declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, Janeiro de 1981; Robert Southey, *History of the Peninsular War*, 3.º vol., London, John Murray, 1823-1832, citado por Maria Leonor Machado de Sousa, *A Guerra Peninsular em Portugal. Relatos Britânicos*, Casal de Cambres, Caleidoscópio, Outubro de 2007.

¹⁰ Cit, Raul Brandão.

de Junot no palacete do barão de Alecrim¹¹. Tudo permanecia, aparentemente, em boa ordem ... aparentemente.

4. Povo

Em 1808 Portugal não tinha exército para opor à França, não o tinha antes de a invasão de Junot se concretizar, muito menos ele existia em meados de 1808. Mas havia a alma do povo. Povo que viveu longos meses preocupado em sobreviver a um amargo quotidiano, suportou a intrusão estrangeira porque assim lho exigiram, «engoliu» o abandono da Família Real, aguentou a colaboração das «classes superiores». Mas, a nostalgia deu lugar à raiva, que cresceu com a obrigatoriedade de dar pão e cama a um intruso agressivo, contribuir com os seus parques rendimentos para a ostentação e sustentação do invasor, tolerar sevícias de toda a ordem e a toda a hora ao usurpador, ver a Monarquia Lusitana ser extinta e substituída por um certo Napoleão. Sentimentos acumulados que foram sendo libertados e que acabaram por explodir de forma generalizada e incontrollável.

Como o povo não tinha um exército que o enquadrasse, tornou-se ele próprio o exército, camponeses, pescadores, carpinteiros, serralheiros, milícias, e ordenanças, oficiais, padres, tudo gente vilipendiada, ferida no seu orgulho, munidos de artefactos domésticos como machados, varapaus, roçadoras, foices, martelos, facas, uma ou outra arma de fogo. O povo era o exército, anárquico, mas motivado, rudimentar, mas disponível, violento, mas generoso.

Portanto, a partir de meados de 1808, o povo pegou em armas contra o exército regular de Junot e travou-se uma luta desigual, do fraco contra o forte, da anarquia contra a organização, da violência apaixonada contra a repressão. Travaram-se combates irregulares e estes «soldados sem uniforme» e «assassinos de estrada», como mais tarde chamou Massena a esta «turba» popular¹², emboscavam os franceses a partir dos montes, assaltavam contingentes que marchavam imberbes em caminhos de difícil transitabilidade, acometiam de rompão vindos de matas densamente arborizadas. Batiam e fugiam, furtavam-se ao combate, evitavam empenhamentos decisivos.

¹¹ Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit.

¹² Manuel Themudo Barata, “A Guerra Subversiva – Soldados Sem Uniforme”, in *Nova História Militar de Portugal*, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Abril de 2004.

Para os franceses, esta era uma guerra de novo tipo, que não conheciam, não esperavam e para a qual não estavam minimamente preparados.

Entretanto, em Espanha iniciam-se, a 2 de Maio de 1808, violentos motins populares contra a presença francesa, em virtude de Napoleão destronar Carlos IV e Fernando VII e entregar o trono ao irmão José Bonaparte. As consequências da Insurreição espanhola não demoraram a fazer-se sentir em Portugal. Os espanhóis estacionados no Porto, Alentejo e Algarve retiram para Espanha e os que estavam em Lisboa são presos por Junot. Aproveitando a situação, o Porto revoltava-se, a partir de 6 de Junho, e é, de imediato, secundado pelas províncias de Trás-os-Montes, Minho e Algarve. Para o povo, a guerra assumia foros de reconquista.

Enquanto isso, Junot encarava os acontecimentos como um mero movimento de campónios, acreditando que ela se resolveria com simples operações de polícia¹³.

A plebe revoltava-se, furiosa e descontroladamente, contra os franceses e contra os colaboracionistas ou os julgados como tal. As «classes elevadas» nacionais desesperam, prensadas entre uma violência «patriota» que recrimina e a obediência a Junot e à ordem instaurada, passível de manutenção dos seus pergaminhos de casta; os militares estão divididos entre os que foram licenciados e perderam «os galões» e os que se mantêm debaixo da hierarquia existente, onde prosseguem a carreira; também o clero está espartilhado, o alto clero aconselha à colaboração, o baixo clero partilha da cólera das ovelhas violentadas na sua dignidade¹⁴.

Protegidos pelo «crucifixo», serão, sobretudo, os prelados a tomar conta da situação. Realmente, no Porto o Bispo Dom António de S. José de Castro toma o controlo dos acontecimentos e é apoiado pelas autoridades civis, militares e religiosas da cidade. Uma turba popular de 10.000 indivíduos concentra-se junto ao Episcopado da cidade e um Padre Franciscano instiga alto e bom som: “Vamos: dêmos mais um publico argumento da nossa utilidade. Ver-me-heis á vossa frente: segui-me. A táctica necessária para a empreza facilmente se aprende: o amor, a vontade, a coragem e o interesse tudo vencem. Nada vos intimide, nem ainda a consciência. Cravae o ferro no

¹³ Vasco Pulido Valente, *Ir Pró Maneta. A Revolta contra os Franceses*, Lisboa, Alêtheia Editores, Novembro de 2007.

¹⁴ Fernando Pereira Marques, ob. cit.

inimigo, e banhado no seu sangue, pendurac-o por cima das vestes sagradas, e offerecei a Hóstia Pacífica sobre os vossos altares”¹⁵; o povo, ufano, gritava «mata! Mata».

*“Entre os títeres generais
Entrou hum de génio altivo,
Que ou era o Diabo vivo
Ou tinha os mesmos signaes
Comsigo três emes tinha:
Manhoso, mau e maneta”*

Cit., Raul Brandão, p. 147.

Era de mais para um «sossegado» Junot. Por isso, a resposta, a carimbar com ferro e fogo, foi concedida a Loison que, com 2.600 homens sai de Almeida, a 17 de Junho, e se dirige para o Entre o Douro e Minho, decidido a afogar em sangue a insurreição nortenha. À sua aproximação, as populações avisavam: “Vem aí o Jinot com as guilhotinas”, mas o temor logo cedia o passo à determinação: “Mata! Mata!”¹⁶.

Mas Loison não foi capaz, sequer, de ultrapassar a Régua, quanto mais de chegar ao Porto, porque foi sistematicamente atacado pelas milícias do Norte¹⁷, apesar de destruir tudo por onde passou. Destroçado e enraivecido, Loison retrocedeu para Almeida.

Esta foi a primeira grande vitória da subversão portuguesa, que se opôs com sucesso ao exército francês de Junot e reduziu ao ridículo o temido Loison.

A realidade é que além Douro, a presença francesa não passou de uma miragem, de tal forma que entre 6 e 19 de Junho toda a região estava em pé de guerra. Definitivamente, o Norte de Portugal não era a região ideal para os franceses fazerem contra-subversão; as características do terreno e o génio populacional explicam-no. O poder do Norte organiza-se em Juntas governativas, destacando-se a Junta Provisional do Porto que se assumiu como o governo do País. De imediato, solicitou ajuda aos ingleses, que permaneciam expectantes ao longo da costa atlântica.

Atento, o Almirante britânico Cotton, a bordo do navio Hibernia, informava “que (...) a libertação do reino, assim como a da Espanha, estava iminente”¹⁸. Receoso, Junot impediu toda a gente de sair de Lisboa, avisando que “qualquer povoação onde se pegasse em armas contra o exército francês seria entregue ao saque e os seus habitantes passados a fio de espada”¹⁹. As ameaças caíram em orelhas moucas.

¹⁵ Raul Brandão, ob. cit.

¹⁶ Carlos de Azeredo, *As populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, Museu Militar do Porto, 1984.

¹⁷ Organizadas pelos generais Bernardim Freire (Porto), Francisco da Silveira (Vila Real) e Manuel Sepúlveda (Bragança).

¹⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit.

¹⁹ Idem.

Entretanto, secundando a região nortenha, sublevaram-se as localidades do Sul do território, primeiro o Algarve e depois o Alentejo, em Julho.

Como se constata, o êxito das revoltas emergia nas regiões afastadas de Lisboa.

Em 28 de Junho, desesperado, Junot deu ordem para a concentração das suas forças em torno da cintura de Lisboa; as excepções eram as praças de Almeida, de Elvas e de Peniche, devido à necessidade em vigiar a fronteira terrestre e ameaça naval inglesa. Assim, fez da capital o epicentro dos raides de pacificação, efectuando uma campanha de terror destinada ao saque e às execuções sumárias. Uma campanha de terror que, para não variar, notabilizou o incansável e sanguinário Loison²⁰, como observou um seu conterrâneo, o marechal Jourdan, que guardou nas suas memórias o seguinte: “Foi exercida contra eles [os sublevados] uma grande severidade, notoriamente em Leiria, Évora e Guarda, mas estas vantagens parcelares e estas terríveis execuções militares não servira senão para azedar os espíritos e dar uma nova energia ao povo”²¹.

Mas tudo era inconsequente e os resultados vácuos, à passagem dos generais franceses a população ou se refugiava ou se aquietava pois, passada a vaga assassina, logo se erguia blasfemando-o. Assim foi acontecendo, um pouco por todo o lado. Tal conduta obrigava os generais franceses a reprimir sob marchas forçadas, por caminhos canhestros, orientado por péssimos mapas, sem recursos exequíveis e constantemente acossado. A tarefa apresentava-se infinita e inviável porque “não havia um inimigo que ele pudesse perseguir e destruir. O inimigo era toda a gente e ninguém. Toda a gente porque toda a gente o podia atacar; ninguém porque ele não podia considerar inimigo quem o não atacasse”²².

Dobre de Finados!

Portanto, Junot, Impotente, fixou-se na Estremadura. Com Lisboa amordaçada, a Estremadura manietada e o Norte de Portugal em estado de independência, os portugueses aguardavam pelos ingleses para escorraçar a tropa francesa. E, realmente, os ingleses, que acompanhavam do mar o evoluir da situação em terra,

²⁰ No Alentejo a repressão de Kellermann também foi particularmente violenta. Em Beja sufocou a rebelião de 1 de Julho frisando: “*«Habitantes do Alentejo! Beja tinha-se revoltado, Beja já não existe. Os seus criminosos habitantes foram passados a fio de espada, e as suas casas entregues à pilhagem e ao incêndio»*”: Mário Domingues, ob. cit.

²¹ Carlos de Azeredo, ob. cit.

²² Vasco Pulido Valente, ob. cit.

aprontavam-se. E as populações esperavam. De tal forma que os residentes da região de Lisboa não deixavam os altos da região, espreitando no horizonte as embarcações britânicas. Na zona de Maфра um velho cônego apontava todos os dias no seu almanaque: «uma vela! Duas velas!... – mora à Beira-mar e leva os dias a contar os navios ingleses».

Eis que no seu diário, em Maфра o atento Eusébio Gomes grava:

“Agosto 3. Hoje apareceram 42 navios da Roca até às Berlengas; Agosto 19. Apparceram 16 navios que dizem desembarcaram muitas tropas em Porto Novo, e que houve combate na Coumbeira com os ingleses”²³.

“Adeus meu Napoleão
Que é quasi meia-noite,
Achaste em Portugal
Quem te dêsse muito açoite”

Da época, cit. Raul Brandão, p. 268

Efectivamente, a 1 de Agosto de 1808, os ingleses desembarcaram em Lavos, na foz do Mondego, 14.000 homens, cavalos e artilharia em perfeita tranquilidade.

Comandava a força o general Arthur Wellesley que, três dias depois, “assinava uma proclamação em que prometia libertar o Reino”²⁴.

Entretanto, como reagiu Junot aos acontecimentos? Mandou Loison regressar do Alentejo, dirigiu-se para Torres Vedras, onde instalou o quartel-general, e ordenou a Delaborde que marchasse para Óbidos para barrar a progressão inglesa. Preocupado que, na sua ausência, Lisboa se sublevasse, enganou a população ao informar que “o inimigo estava em aperto”²⁵.

Em vão, na Roliça, área montanhosa a sudeste de Óbidos, onde Delaborde se entrincheirou com 6-7 mil soldados, os ingleses desbarataram os franceses (17 de Agosto), obrigando-os a recuar para Torres Vedras, deixando atrás de si inúmeras baixas. Quatro dias depois feriu-se um novo recontro no Vimeiro, perto de Torres Vedras. Já com Junot e Loison presentes, a que se juntou o remanescente das forças de Delaborde, a iniciativa da batalha pertenceu-lhes, o que não impediu nova derrota dos franceses, desta vez conclusiva. Era o fim da presença de Junot em Portugal, a quem restava a porta de saída de Portugal.

O acordo foi celebrado em Sintra, na Convenção assinada a 30 de Agosto. Um acordo concretizado entre franceses e ingleses, que deixaram à margem do

²³ Raul Brandão, ob. cit.

²⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit.

²⁵ Idem.

processo negocial qualquer representação portuguesa, que suscitou viva contestação, particularmente do Bispo do Porto D. António S. José de Castro²⁶.

Efectivamente, para os portugueses a Convenção foi um logro e um abuso, uma “consagração diplomática da política de rapina”,²⁷ aproveitando os franceses para retirar calmamente por mar, sob escolta naval britânica, com os despojos surripiados ao longo de nove meses de ocupação.

A bem do cavalheirismo guerreiro à custa de outrem.

5. Considerações Finais

A Guerra Subversiva é tão antiga como a guerra em si; a Guerra Subversiva entronca geneticamente no ser português. De Viriato a Geraldo sem Pavor, de Deula-Deu Martins à padeira Brites de Almeida, do Frei Heitor Pinto a Jacinto Correia, portugueses há cujo ânimo apaixonado não deixam a Nação perecer, mesmo se eles perecerem.

1808 foi, em certa medida, a revivescência do tempo da Reconquista, quando nos povoados se gritava “Mouros em terra, mouros em terra, habitantes às armas”, da crise de Aljubarrota, em que o povo alertava “o Mestre está em perigo, o Mestre está em perigo”, do 1.º de Dezembro de 1640, quando o frei Heitor Pinto proclamava “el-rei Filipe bem me pode meter em Castela, mas Castela em mim é impossível”. Em 1808, um cidadão de Maфра desafiou “se todos fossem como eu, nem um francês ficava vivo”. É com gente desta qualidade, o povo, que a Pátria Portuguesa acontece. A verdade é que o gentio luso, que somos todos nós, vela atento, nós os Jacintos Correia de ontem e de sempre, a quem apetece adaptar o poema que Fernando Pessoa (*Mensagem*) dedicou ao Bandarra:

“Não foi nem santo nem herói, // Mas Deus sagrou com Seu sinal //

Este, cujo coração foi // Não português mas Portugal”.

²⁶ Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

²⁷ Vasco Pulido Valente, ob. cit.